



Angola não negocia com Isabel dos Santos

João Lourenço afirma que “ninguém pode dizer que não fez parte do sistema”, mas quer “corrigir o que está mal”

ANGOLA O presidente da República de Angola admite que “fez parte do sistema” que sustentou o seu antecessor, José Eduardo dos Santos, mas afirma que só quem o conhece por dentro está preparado para fazer grandes mudanças e combater a corrupção, afirmando também que não haverá negociações com a empresária Isabel dos Santos.

Em entrevista à estação alemã Deutsche Welle (DW) difundida ontem, João Lourenço, veterano do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no poder desde 1975, tendo sido ministro da Defesa, entre outros cargos, diz que “ninguém pode dizer que não fazia parte do sistema” e que, por o conhecer, pode “corrigir o que está mal”.

“Quem fez as grandes mudanças não são pessoas de fora, são as que conhecem o sistema”, afirmou. “Somos nós, do partido que sempre governou o país, que estamos a fazer as reformas que eram absolutamente necessárias”.

Desde a posse, há dois anos, Lourenço deu prioridade ao combate à corrupção e ao regresso de capitais ao país, o que levou a Justiça a investigar a filha do seu antecessor, Isabel dos Santos, e a uma ordem de arresto de bens no valor de mil milhões de euros.



João Lourenço prometeu combate à corrupção

Falando pela primeira vez sobre o escândalo Luanda Leaks, que expôs os esquemas financeiros da empresária, Lourenço afirmou que “não se vai negociar”, porque esse tempo já passou.

“TIVERAM SEIS MESES”

“As pessoas envolvidas neste tipo de atos de corrupção tiveram seis meses de período de graça para devolverem os recursos que indevidamente retiraram do país. Quem não aproveitou esta oportunidade, todas as consequências que puderem advir daí são apenas da sua inteira responsabilidade”, declarou.

Questionado sobre outras investigações, em particular sobre José Eduardo dos Santos, explicou que os antigos presidentes gozam de imunidade durante pelo menos cinco anos e que a

competência é do poder judicial.

“Quem abre os processos-crime na Justiça não são os políticos. É a própria Justiça quem vai atrás de possíveis crimes. Portanto, todos aqueles que estão a contas com a Justiça que não pensam que é o poder político quem os empurrou para a Justiça”, disse, assegurando que a “Justiça tem as mãos livres para atuar” e que ninguém pode dizer “eu não posso ser ouvido” ou “constituído arguido”.

Quanto ao caso do ex-vice-presidente Manuel Vicente, acusado de pagar quase um milhão de euros de suborno a um procurador português, lembrou que este goza também de imunidade e que o facto de ter sido pedido que o processo fosse transferido para Angola “não significa absolvição”. ●